

Citricultores criticam alteração na contribuição ao Fundecitrus

Com novo estatuto, valor passará a ser cobrado por número de plantas.

Produtores de laranja estão insatisfeitos com as alterações propostas pelo novo estatuto do Fundecitrus, que fará com que a contribuição do citricultor seja feita com base no número de plantas e não de caixas produzidas como é atualmente.

Pelo estatuto original, a indústria deveria responder por mais de 65% da arrecadação e os citricultores independen-

tes, por menos de 35%. Com o novo estatuto, ao que tudo indica, a situação se inverterá e os citricultores independentes passarão a responder por cerca de 70% do orçamento do Fundecitrus. Para manter a arrecadação nos níveis atuais, o citricultor terá que contribuir com cerca de R\$ 0,30 por árvore. **(Pág.3)**



Mudanças – Recolhimento por plantas onerará produtor independente

Frente Parlamentar inicia trabalhos

Os trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura tiveram início em Bebedouro, dia 29 de outubro.

A renegociação imediata do preço pago pela caixa de laranja; a divulgação de indicadores de mercado como estimativa de safra, planilhas

de custos e levantamento de preços; alterações que objetivem dar maior transparência ao Fundecitrus; e o fortalecimento do mercado de consumo interno foram algumas das sugestões propostas pelos citricultores, na primeira reunião. **(Pág. 6)**



Participação – Dezenas de produtores, prefeitos, vereadores e deputados acompanham o lançamento da Frente Parlamentar, em São Paulo.

Confissão de culpa deve ser exigida em caso de cartel

Citricultores de todo o país lutam pela manutenção do dispositivo inserido no parágrafo 3º do artigo 85, de autoria do deputado Ciro Gomes, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.937/2004, que condiciona a aprovação de compromissos de cessação de conduta nos

casos de investigação por formação de cartel mediante confissão de culpa por parte da leniente.

A manutenção do dispositivo é fundamental para a preservação da livre concorrência e para a preservação da figura do leniente. **(Pág. 8)**

Entrevista

Administração rural sustentável como chave para se manter na atividade agrícola **(Págs. 4 e 5)**

Deputado Davi Zaia pede mais recursos para a Secretaria de Agricultura

(Pág 3)

O Fundecitrus



Embora a indústria e seus colaboradores, no seu incessante trabalho de desinformar, queiram fazer crer, não somos contrários ao Fundecitrus, mas à forma como tem sido usado e gerido, principalmente nos últimos doze anos, aumentando a assimetria de informações

entre citricultores e indústria. Quem tem demonstrado falta de compromisso com a citricultura é a indústria que, num momento crítico do setor, sabedora do risco representado pelo "greening", retira do Fundecitrus 50% do orçamento!

O Fundecitrus foi criado por uma parceria entre a Associtrus, representando os citricultores, e a indústria, que contribuiriam, em partes iguais, para o custeio do orçamento do órgão. Para isso, a Associtrus abriu mão das contribuições que lhe caberiam, transferindo-as para o fundo. Essa decisão fortaleceu o combate às pragas, mas fez com que os citricultores perdessem a capacidade de se defender de outras ameaças que hoje verificamos terem sido mais danosas ao setor.

Com o enfraquecimento da Associtrus, a indústria assumiu o controle do fundo e substituiu os representantes da Associtrus por "amigos da indústria", muitos dos quais nem eram citricultores ou já haviam abandonado a atividade.

Sem que ninguém se opusesse, foi distorcendo os objetivos iniciais, criando cargos com altas remunerações, envolvendo-se em atividades que deveriam ser desenvolvidas

pelos universidades e institutos de pesquisa, desviando recursos que deveriam ser destinados ao combate das doenças, que sempre ameaçaram a citricultura.

Algumas indústrias deixaram de contribuir e, algumas vezes, deixaram de repassar os recursos arrecadados dos citricultores! Em seguida, mudaram e mantiveram em segredo o critério de contribuição da indústria ao fundo ("Fórmula Carneiro").

Os conselheiros fiscais não têm acesso ao valor arrecadado dos citricultores e, portanto, não podem saber se os valores estão sendo devidamente repassados e muito menos qual é a parcela de contribuição da indústria. Além disso, a indústria utiliza o controle da transferência dos fundos arrecadados como uma arma adicional para submeter o Fundecitrus aos seus caprichos. As universidades e centros de pesquisa recebem as verbas se se submeterem às vontades da indústria. Muitos estão convencidos de que as contribuições que recebem são provenientes da indústria e passam a defendê-la e com todo ardor e subserviência, em vez de defender a citricultura e os citricultores.

A maioria dos trabalhos contratados, muitos deles executados nas fazendas das indústrias, não são divulgados ou são divulgados depois que a indústria usou as informações de forma privilegiada! Assim tem sido com o levantamento que o Fundecitrus faz do parque citrícola, que nunca foi publicado; com o resultado das pesquisas sobre a morte súbita, que foi publicado depois que a indústria se havia beneficiado das informações, entre muitos outros casos.

Da mesma forma, parte da mídia é cooptada

por meio de anúncios, viagens, e outras benesses, criando uma "blindagem" muito efetiva contra a divulgação de notícias que não agradem à indústria.

O mais grave, porém, é a incompetência que o Fundecitrus tem demonstrado ao detectar a "morte súbita" e o "greening", depois que as doenças estavam instaladas há anos, já haviam causado enormes prejuízos e se haviam espalhado por grandes áreas. Tivemos até casos de cancro cítrico que foi disseminado por mudas de viveiros telados! O amarelinho e o cancro cítrico devastaram a citricultura, na última década, exatamente o período em que o Fundecitrus esteve sob o controle absoluto da indústria.

Continuamos a ter notícias de que mudas de viveiros abertos, vindos até de outros estados, estão sendo plantadas nas novas áreas de expansão da citricultura! Sabe-se que as mudas produzidas nos viveiros excedem as borbulhas certificadas! E, para aumentar os riscos e ocultar a perda de produção de S Paulo, a indústria faz com que caminhões atravessem o país de norte a sul trazendo laranja e espalhando doenças e pragas por todo o Brasil.

A transparência e a democratização da gestão do Fundecitrus poderiam evitar que essa iniciativa única e exemplar se perca, porém a indústria não admite perder a poderosa arma política que tem em mãos e acha que o PENSA vai convencer o produtor de que, entregando definitivamente o controle do fundo à indústria e assumindo o ônus de arcar com a maior parte do orçamento do fundo, estará resolvendo os seus problemas.

O citrultor não vai adquirir esse novíssimo produto das Organizações Tabajara.

Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na rua Prudente de Moraes, 514 (estacionamento da Credicitrus) ou pelo site www.associtrus.com.br

A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por U\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas.

IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus
(Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 6 mil exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.700-120 - Bebedouro - SP

Fone: (17) 3345-3719/3343-5180 - E-mail: associtrus@uol.com.br

Home Page: www.associtrus.com.br

DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick,
Lenita Arruda Boechat e Charles Teixeira.

Para anunciar ligue (17) 3343-5180

Atividades da diretoria

- 1/10 – Reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), em São Paulo.
- 2 e 9/10 – Reunião com citricultores, em Limeira e Porto Ferreira.
- 3 e 4/10 – V Simpósio de Citricultura Irrigada, na EECB, em Bebedouro.
- 5/10 – VII Dia da Laranja, em Coordealópolis.
- 8/10 – Reunião na Secretaria de Agricultura, em São Paulo.
- 19/10 – Presença na palestra "Aquecimento Global", proferida pelo deputado Mendes Thame, em Bebedouro.
- 24/10 – Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, na Assembleia Legislativa de São Paulo.
- 25/10 – Presença na palestra "Citros – tendências de curto e longo prazos", em Limeira.
- 29/10 – Reunião da Câmara Setorial de Citricultura, em Bebedouro.
- 29/10 – Reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, em Bebedouro.
- 30/10 – Presença no Seminário "Demandas de um Programa de Pesquisas Dirigidas ao Agronegócio Paulista", em São Paulo.
- 5/11 – Reunião do Conselho Superior do Agronegócio, em São Paulo.
- 7/11 – Presença nas comemorações dos 65 anos do IEA (Instituto de Economia Agrícola)
- 8, 14, 20, 22 e 30/11 – Participação na reunião "Rally da Citricultura", em Itápolis, São Manoel, Bebedouro, José Bonifácio e Casa Branca.
- 8/11 – Reunião sobre o Termo de Cooperação Técnica, no auditório da Conab, em Brasília.
- 23/11 – Palestra "Caminhos para o desenvolvimento sustentável", em Porto Ferreira.
- 26/11 – Reunião "Cenários e modelos de convivência no setor", na Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Novo Fundecitrus aumentará o ônus do produtor independente de citros

Alteração no modelo de contribuição do Fundecitrus aumentará significativamente o ônus do produtor independente. Segundo informações, o novo estatuto do Fundo, já aprovado às escuras, fará com que a contribuição seja feita com base no número de pés de laranja e permitirá que as indústrias processadoras de citros contribuam apenas como produtoras.

O presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, José Oswaldo Junqueira Franco, observou, durante reunião em Bebedouro, que as alterações prejudicarão muito os pequenos e médios produtores.

O novo tipo de contribuição do Fundecitrus, por número de pés e não por caixas, fará com que os pequenos e médios produtores sejam onerados, pois os pomares da indústria, financiados pela transferência patrimonial dos citricultores independentes e, por isso, mais modernos e produtivos, pagarão, por caixa produzida, menos que os pomares depauperados dos produtores independentes, exauridos por 15 anos de preços aviltados impostos pelo cartel.

Pelo estatuto original, a indústria deveria responder por mais de 65% da arrecadação e os citricultores independentes, por menos de 35%. Com o novo estatuto, ao que tudo indica, a situação se inverterá e os citricultores independentes passarão a responder por cerca de 70% do orçamento do Fundecitrus. Para manter a arrecadação nos níveis atuais, o citricultor terá que contribuir com cerca de R\$ 0,30 por árvore.

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, alerta os produtores sobre as reuniões agendadas pelo Fundecitrus através do Pensa, chamadas de "Rally da Citricultura", convidando os produtores para discutir as alterações no modelo de contribuição. "Temos informações, transmitidas por pessoas ligadas diretamente ao Fundecitrus, de que o estatuto já foi aprovado e que entrará em vigor a partir de 2008. É muito estranho o produtor ser convidado para discutir algo que já foi decidido, e de forma, no mínimo, duvidosa. Esse novo modelo de contribuição é muito injusto, porque repassará ao

produtor o maior percentual de financiamento do Fundecitrus, ou seja, todo o ônus vai cair sobre o produtor independente", diz Viegas.

O novo estatuto deverá consolidar ainda mais o poder da indústria no Fundecitrus. "O voto será proporcional ao número de pés e, dessa maneira, a indústria continuará atuando da forma nada transparente como tem atuado nos últimos anos e usando os recursos dos produtores em seu próprio benefício. Se o estatuto ainda estiver em discussão, o produtor deve questionar essa alteração e fazer tudo para que ela não seja aprovada. Ele não pode aceitar esse modelo de contribuição, nem o fato de a Associtrus, que foi co-fundadora do Fundecitrus, ser posta à margem dessas discussões e impedida de representá-lo no conselho do Fundo. A alteração proposta é imoral, pois, no momento em que a citricultura enfrenta um de seus maiores desafios, a indústria, maior beneficiária dos trabalhos do Fundecitrus, decide reduzir sua contribuição e aumentar seu controle sobre o Fundo.", finaliza Viegas.

Recursos para a Secretaria de Agricultura

Deputado Davi Zaia apresenta emenda ao projeto de lei nº 1162 que trata da Proposta Orçamentária do Estado de São Paulo.

O deputado estadual Davi Zaia (PPS), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, apresentou a emenda nº 09 ao projeto de lei nº 1162, que trata da Proposta Orçamentária do Estado de São Paulo para o exercício de 2008. Na emenda, o deputado pede a reserva de mais recursos para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento com a finalidade de incrementar o programa de Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas Públicas, de forma que a citricultura paulista receba a merecida atenção. Em sua justificativa, o

deputado se apresenta como coordenador da Frente em Defesa da Citricultura e diz que o setor citrícola merece ser incrementado no que se refere a destinação de recursos, por se revelar uma das principais cadeias produtivas do agronegócio paulista.

O projeto de lei nº 1162, de iniciativa do governador José Serra, está em tramitação na Assembléia Legislativa.



Atuação – Deputado assume a Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura e intensifica trabalhos em prol do setor produtivo.

gruta
AGROPECUÁRIA

www.grutaagropecuaria.com.br
fsjgruta@uol.com.br

Fones: (19) 3451-0904 / 3441-9786
Fax: (19) 3495-2547

POÇOS ARTESIANOS

UNIPER

água é nossa especialidade

perfuração, manutenção e recuperação de poços artesianos
poços de monitoramento e bombas submersas

0800 555 882
ligação gratuita

Administração rural sustentável: avaliações totais para manutenção da atividade agr

O entrevistado especial do Informativo Associtrus é o professor titular da Universidade de São Paulo e Coordenador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros.

Graduado em Agronomia pela Universidade de São Paulo (1970), mestrado em Economia Agrária pela Universidade de São Paulo (1973), doutorado em Economia - North Carolina State University at Raleigh (1976) e pós-doutorado na University of Minnesota, Geraldo Barros possui experiência na área de Economia, com ênfase em macroeconomia e agronegócio-agroenergia, comercialização e política agrícola e economia internacional; e é consultor freqüente do World Bank, Food and Agriculture Organization (FAO), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

Associtrus – O que vem a ser administração rural sustentável?

Geraldo - Administração sustentável é a que permite a permanência no negócio no longo prazo. Contempla tantos aspectos operacionais – ou seja, de eficiência econômica na empresa (produzir o que proporciona maior retorno por real investido) - como aspectos financeiros de forma a manter o patrimônio (fazenda) valorizando o máximo possível. Ou seja, é necessário que operacionalmente haja condições de repor o capital da fazenda à medida que ele se desgasta e que esse capital seja remunerado pelo seu custo de oportunidade (de forma a que o administrador possa cumprir seus compromissos financeiros). Para isso é fundamental que o produtor passe a acompanhar seu custo total e não apenas o operacional. Só quando não houver alternativa a curto prazo, cobrir só o custo operacional é suficiente, enquanto se procura a porta de saída do negócio.

O produtor deve ver sua atividade como um negócio, por mais que tenha satisfação na sua realização.

Cobrinando em média o custo total, o patrimônio vai naturalmente se valorizar. Se isso acontecer o negócio deverá crescer a uma taxa média parecida com a da economia como um todo. Caso contrário é necessário pensar em mudar sua atividade.

Porém, o patrimônio pode se valorizar independentemente da eficiência operacional: a expansão da cana valoriza a terra de citros, por exemplo. Isso, se por um lado, enriquece o produtor, por outro lado, pode tornar a terra muito cara para produção de laranja. Isso – de novo - pode levar à necessidade de mudar de atividade ou setor.

Associtrus – Quais as principais práticas da administração rural sustentável?

Geraldo - O produtor deve ver sua atividade como um negócio, por mais que tenha satisfação na sua realização. Isso implica em manutenção permanente de anotações sobre preços de insumos e produtos, custos e receitas, valor da terra, máquinas e equipamentos, etc.. É preciso ficar atento: minimizar custos (evitando desperdícios) e fugir de inovações não rentáveis (que elevam a produção mas não os lucros).

Variações nas receitas operacionais e totais líquidas bem como ganhos e perdas de capital (patrimônio) devem ser calculadas (estimadas) com freqüência. Novas oportunidades de negócio devem ser continuamente pesquisadas como prevenção e como busca de alternativas mais rentáveis.

Implica também estar preparado para mudar de atividade no setor rural ou mudar mesmo de setor. Se os resultados operacionais não forem satisfatórios (não cobrirem o custo de oportunidade do capital) e os ganhos de capital não estiverem compensando aqueles resultados operacionais insatisfatórios, será necessário mudar.

Implica também uma estratégia negocial

que não o deixe presa fácil dos ofertantes de insumos e compradores de produtos. É fundamental manter uma atitude indicativa de capacidade de mudança. É fundamental despende mais tempo acompanhando o mercado, procurando arranjos negociais junto com seus pares. O individualismo não compensa no longo prazo: todos acabam perdendo.

Associtrus – Como o senhor vê a aplicação destas práticas na citricultura?

Geraldo - O citricultor tende a ser um apaixonado pelo seu pomar, podendo por isso deixar de buscar melhores usos para seus recursos. Isso, se por um lado, é bom para a si próprio – que tem prazer no que faz – e para a sociedade – pela qualidade e produtividade (e preços) do seu produto – por outro, o expõe a riscos de insustentabilidade do negócio. Por isso, estará ciclicamente insatisfeito com os retornos da atividade: se o produtor não demonstra possuir alternativas concretas, ele fica exposto a modelos de negócio que não lhe são favoráveis, vai ficar eternamente reclamando das condições econômicas do negócio.

Associtrus – Quais os caminhos a serem seguidos pelos produtores neste sentido?

Geraldo - Em primeiro é preciso usar as informações de custos e buscar alternativas que cubram o custo total: se não houver garantia de que os custos totais serão cobertos, o investimento não deve ser feito!

Além disso e em síntese, é necessário demonstrar disposição para mudança e capacidade de ação coletiva.

Não pode transparecer que o produtor jamais deixaria o negócio de citros. Isso enfraquece sua posição nas negociações. Pelo contrário, deve dar concretas demonstrações de disposição a mudanças. Conta ponto sempre ligar-se a mais de uma atividade (diversificar a produção), mais de um fornecedor ou

ção dos custos rícola

mais de um mercado (interno ou externo), buscar integração para frente (insumos) e para trás (processamento). Qualquer exclusividade tem de ser muito favorável e basear-se em contratos muito cautelosos.

Produtores devem agir coordenadamente através de cooperativas ou associações: na hora de discutir soluções para problemas técnicos - apoiando a pesquisa e assistência técnica, na hora de estabelecer contratos comerciais, na hora de propor ajustes nas políticas para o setor.

Associtrus – O senhor observou em sua palestra que o custo da terra é praticamente o mesmo que o da implantação do pomar uma vez que a laranja tem um custo operacional muito elevado e em função de pragas e doenças, um risco alto também. Como o produtor deve analisar produtividade versus custo de implantação e operacional versus longevidade do pomar para se manter na citricultura?

Geraldo - Aparentemente, no capital da fazenda, o pomar vale mais do que a terra. Por isso, o produtor tem de cuidar muito de seu pomar e, assim, do lado dos custos, os operacionais superam os de capital (85% versus 15%). Além disso, os preços dos citros por razões negociais são muito próximos dos custos. Isso torna a rentabilidade do citros muito sensível ao preço do produto e à produtividade (praga e doenças)!

O que mais afeta os custos são os tratamentos dados ao pomar e como os preços são muito "justos" (sem folga em relação aos custos) com facilidade se pode ir de lucro para prejuízo. Com isso, simulamos que se o preço variasse – por exemplo – entre R\$12 e R\$10 (somente R\$2 ou 17%) por caixa a taxa interna de retorno (TIR) cairia de 10% (boa) para apenas 4% (ruim)!

Como o risco da atividade é muito alto, ela deve ter uma taxa relativamente alta: por 6% não se corre risco algum aplicando-se na caderneta de poupança. As últimas concessões de rodovias embutiram taxa de 8,8%. Qual atividade é mais arriscada?

Associtrus – O custo de implantação é uma barreira de saída da laranja, sendo assim, qual o meio que o produtor tem para diminuir o seu risco?

Geraldo - Porque o investimento em citros é de longo prazo, o tempo de recuperação do capital é longo e, diante de um cenário desfavorável, o produtor ficar esperando reaver o

Estudo – Professor Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros: a Associtrus tem uma boa planilha de custos.



capital para deixar o negócio, estará perdendo muito dinheiro: mais uma razão para um relacionamento menos emocional com o pomar. Não há razão para tal atitude: a saída deve estar sempre desobstruída!

Associtrus – O setor de processamento da laranja é altamente concentrado. Como fica a questão da dispersão de preço no contexto de uma análise de sustentabilidade da cultura?

Geraldo - No agronegócio brasileiro –até com certo atraso em relação ao resto do mundo - vai ocorrendo concentração industrial a montante e a jusante da fazenda. É um fato inexorável

e irreversível, que possui aspectos positivos numa economia globalizada: a capacidade de atuar em todo o mundo e negociar com força, o que pode beneficiar toda a cadeia produtiva, inclusive os produtores rurais. Para que isso se dê é necessário que os agentes se dêem conta da interdependência entre eles na cadeia produtiva. Estão todos no mesmo barco. A força da cadeia é aquela do seu elo mais fraco!

Quando um elo procura se valer oportunisticamente de vantagens conjunturais, descapitaliza um ou mais dos demais elos comprometendo a sustentabilidade de longo prazo. Por isso é importante o diálogo ininterrupto entre os agentes da cadeia, analisando sempre as perspectivas da cadeia. Como será o longo prazo? Qual a evolução quantitativa, qualitativa e locacional da deman-

da mundial? Quais os concorrentes potenciais? Qual o potencial da produção brasileira: vamos conseguir manter nossas vantagens comparativas mesmo face ao avanço das demandas concorrentes por alimentos e energia? Que fatia do mercado poderá ficar com o Brasil? Toda a cadeia se encarrugará dessa fatia? Ou, como parece ser a tendência, diferentes elos ficarão com sub-fatias diferentes? São assuntos que podem ser debatidos com franqueza para proveito de todos os agentes.

Associtrus – Como as associações poderiam melhorar a prestação de serviços dentro das questões que envolvem uma administração rural sustentável?

Geraldo - As associações devem envolver diretamente o produtor rural não só no uso como na geração da informação. A Associtrus tem uma boa planilha de custos que poderia ser difundida aos produtores para que cada qual a utilizasse (introduzindo seu próprios dados) e ao mesmo tempo fornecesse a associação dados concretos da evolução de custos e valores patrimoniais; assim as melhores práticas seriam identificadas e repassadas ao conjunto de associados

CITRUS PAULISTA
Compra de laranja inclusive refugo
Fones: (16)
3385-2622 / 8126-6535
citruspaulista@itelfonica.com.br
Av. João Martinez Filho, 1147 - Parque Imperial - Tabatinga - SP

Atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura têm início

Citricultor reivindica reajuste de preço e ações mais efetivas do Estado. Sugestões serão encaminhadas à Secretaria de Agricultura.

Os trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura tiveram início em Bebedouro, dia 29 de outubro, logo após seu lançamento oficial, na Assembléia Legislativa de S.Paulo, em 24 do mesmo mês.

A renegociação imediata do preço pago pela caixa de laranja; a divulgação de indicadores de mercado como estimativa de safra, planilhas de custos e levantamento de preços; alterações que objetivem dar maior transparência ao Fundecitrus; e o fortalecimento do mercado de consumo interno são algumas das sugestões propostas pelos

citricultores, na primeira reunião. "Vou me reunir com os demais parlamentares da Frente, em São Paulo, apresentar as sugestões dos produtores e definir os próximos passos. De imediato, entraremos em contato com a Secretaria de Agricultura, que vem conduzindo negociações entre indústrias e produtores, para que juntos possamos reforçar este trabalho atendendo,

principalmente, as reivindicações dos produtores, centradas no reajuste dos preços pagos pela fruta", disse o deputado Davi Zaia (PPS), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura.

Lançamento - Citricultores, representantes de entidades ligadas ao setor, prefeitos e vereadores participaram do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, dia 24 de outubro, na Assembléia Legislativa de S.Paulo. A prin-



Expansão – Presidente da Associtrus, Flávio Viegas, diretores e conselheiros da associação atuam na divulgação do setor citrícola.



União – Deputados paulistas, reunidos na Assembléia Legislativa, prometem discutir soluções para questões da citricultura paulista.

cipal reivindicação dos produtores foi pela melhoria do preço pago pela caixa de laranja, considerado muito abaixo do custo de produção. A cartelização das indústrias, o empobrecimento dos municípios citrícolas, o combate a pragas e doenças e os altos custos de insumos e fertilizantes foram assuntos abordados durante o lançamento e que serão encaminhados pelo deputado Davi Zaia (PPS), coordenador da Frente, junto com outros 40 parlamentares. Foram apresentadas questões importantes sobre o tratamento de pragas e doenças, sugestões para ampliar o papel do Estado na regulação do setor para garantir que o lucro seja distribuído de forma justa, ampliação do mercado de consumo interno, entre outros.

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, acredita que a articulação dos produtores no Estado poderá resultar em ações imediatas em benefício do produtor. "Estávamos pouco articulados em nível estadual, por isso, a criação da Frente vai dar uma grande força pra gente completar o leque de apoios políticos que estamos construindo. A presença de prefeitos, vereadores e de produtores, no lançamento da Frente, nos dá a esperança de que o reajuste dos preços, assunto emergencial, se acelere a partir de agora".

A Frente irá atuar em conjunto com a Comissão de Agricultura da Assembléia, que possui caráter permanente na Casa, para discutir e propor ações de fortalecimento do setor, principalmente do pequeno e médio produtor, que tem sofrido prejuízos e abandonado a atividade por falta de condições financeiras.

Deputados da Frente Parlamentar

Coordenador: Davi Zaia (PPS)	Ed Thomas (PSB)	Maria Lucia Amary (PSDB)
Aldo Demarchi (DEM)	Ênio Tatto (PT)	Mauro Bragato (PSDB)
Alex Manente (PPS)	Estevam Galvão (DEM)	Pedro Tobias (PSDB)
Aloísio Vieira (PDT)	Feliciano Filho (PV)	Roberto Felício (PT)
André Soares (DEM)	Haifa Madi (PDT)	Roberto Massafera (PSDB)
Antonio C. da Silva (PSDB)	João Camarez (PSDB)	Rodrigo Garcia (DEM)
Antonio Mentor (PT)	José Cândido (PT)	Roberto Moraes (PPS)
Antonio Salim Curiati (PP)	Jonas Donizette (PSB)	Rogério Nogueira (PDT)
Barros Munhoz (PSDB)	José Bittencourt (PDT)	Samuel Moreira (PSDB)
Bruno Covas (PSDB)	José Zico Prado (PT)	Simão Pedro (PT)
Célia Leão (PSDB)	Lelis Trajano (PSC)	Valdomiro Lopes (PSB)
Celso Giglio (PSDB)	Luiz C.Gondim (PPS)	Vanessa Damo (PV)
Chico Sardelli (PV)	Marco Bertaiolli (DEM)	Vitor Sapienza (PPS)
Cido Sérgio (PT)	Marcos Martins (PT)	

Cláusula de participação no preço de venda do suco de laranja é nula

Por
Luiz Régis Galvão Filho



O departamento jurídico da Associtrus vem sendo consultado por vários associados, inclusive trocando informações com advogados destes, a respeito da validade do mecanismo de apuração do preço da caixa de laranja, através da composição de preço fixo + participação, havendo, ainda, várias solicitações de pareceres sobre os valores de participação informados pelas indústrias

processadoras para o ano safra 2007/2008.

Temos para nós que a cláusula de participação é nula de pleno direito, nos termos do que dispõe o art. 489 do Código Civil que reza que "Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço", o que bem ocorre nestes casos já que o produtor não é consultado sobre os valores comercializados lá fora, podendo as indústrias praticarem a política comercial que bem entenderem, pouco importando as consequências para o produtor.

Não se sustenta aqui ser ilegal mecanismos de preço da caixa de laranja por participação sobre o preço de venda. O que entendemos ser ilegal é o mecanismo que atualmente se encontra em vigor nos contratos de compra e venda de laranja, já que pelo método que vem sendo utilizado, o preço de venda do suco depende exclusivamente da política de preços adotada pelas indústrias e possibilita uma relação de total desequilíbrio, uma vez que a apuração de tal preço fica totalmente ao arbítrio das indústrias,

reservando aos produtores o papel de meros expectadores e é isso que a Lei veda.

Apenas a título de exemplo, para a safra 2006/2007, enquanto as indústrias comunicam preço médio de participação em torno de US\$ 1.700,00 dólares a tonelada, há informações confiáveis de que o preço praticado por indústrias de suco tiveram uma média de US\$ 2.450,00, ou seja, ou as indústrias estão omitindo a verdade, ou realmente tais empresas praticaram políticas de preços prejudiciais aos produtores, o que bem podem fazer, já que pela fórmula atual, como já sustentado acima, os produtores nada podem fazer, são meros expectadores.

As informações sobre os preços acima encontram-se à disposição de todos os associados e seus advogados, ficando esclarecido que a Associtrus já notificou a empresa Cutrale para que preste esclarecimentos sobre a divergência de preços, estando no aguardo de resposta para eventuais providências a serem tomadas em defesa de seus associados. O mesmo se dará com todas as demais indústrias.

Expansão

LD deverá investir US\$ 70 milhões em ampliação de pomares



A LD Commodities deverá investir US\$ 70 milhões entre 2007 e 2009 para ampliar seus pomares em São Paulo. Seu número total de árvores plantadas já passou de menos de 8 milhões, em 2006, para 10,5 milhões em 2007, e deverá alcançar 13 milhões em 2008.

Do total deste ano, 4,5 milhões de árvores estão em fazendas de propriedade da LD e 6 milhões em terras de terceiros. No próximo ano, não haverá avan-

ço nas fazendas próprias, mas nas propriedades de parceiros o número deverá aumentar para 8,5 milhões de árvores.

Número de árvores plantadas deverá alcançar 13 milhões em 2008.

No mercado de citros desde 1988, a LD possui 14% do mercado brasileiro de suco de laranja, três fábricas em São Paulo (Bebedouro, Matão e Engenheiro Coelho) e capacidade nominal para processar 65 milhões de caixas de 40,8 quilos de laranja.

dou, Matão e Engenheiro Coelho) e capacidade nominal para processar 65 milhões de caixas de 40,8 quilos de laranja.

Com a fábrica que tem na Flórida (EUA), que responde ao escritório brasileiro, chega-se a 100 milhões de caixas. Este ano, deverá exportar entre 210 mil e 220 mil toneladas de suco a partir do Brasil, grande parte para seu terminal em Ghent (Bélgica).

A LD Commodities faturou US\$ 1,9 bilhão em 2006 e tem aprovado um plano de investir US\$ 516,3 milhões no país entre 2007 e 2009, incluindo citros, soja, algodão, café e açúcar e álcool.

Porta Enxertos
MUDAS DE LARANJA
BORBULHAS CERTIFICADAS
Mudas e sementes de cerca viva - sarsão do campo - jambolão - seringueira - plantas nativas - frutíferas - ornamentais - mudas de eucalipto.
CAJOBI-SP
MUDAS CÍTRICAS
ESTUFAS & VIVEIROS TUGÃO
Escr.: Fone/Fax: (17) 3563-1295
Cel.: (17) 9744-7296 / 9744-7291
E-mail: tugaomudas@telefonica.com.br

Natal da Solidariedade Coopercitrus • 2007

Faça uma criança feliz, doe um brinquedo.

Vá até a loja da Coopercitrus de sua cidade e faça a sua doação até 19/12

Os brinquedos arrecadados serão doados para entidades assistenciais de nossa cidade.

Nova lei do Cade não pode ser aprovada sem dispositivo do deputado Ciro Gomes

Manutenção da confissão de culpa como exigência para acordos com empresas acusadas de formação de cartel é fundamental para que citricultores mantenham a esperança de serem ressarcidos judicialmente.

Citricultores de todo o país lutam pela manutenção do dispositivo inserido no parágrafo 3º do artigo 85, de autoria do deputado Ciro Gomes, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.937/2004, que condiciona a aprovação de compromissos de cessação de conduta nos casos de investigação por formação de cartel mediante confissão de culpa por parte do leniente.

A manutenção do dispositivo é fundamental para a preservação da livre concorrência e da indispensável figura do leniente, vez que, a supressão do citado parágrafo decretaria a sua extinção.

Através de cartas, produtores manifestam sua indignação com a possibilidade da proposta do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), que diz que o dispositivo é inconstitucional, ser aprovada pela comissão que analisa a reformulação da Lei do Cade. "O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já manifestou entendimento sobre a necessidade da comprovação, pelo Cade, das práticas anticoncorrenciais, para que os produtores possam ser indenizados pelos prejuízos que lhes foram e continuam sendo impostos pelas indústrias. Caso o dispositivo seja retirado da lei, os produtores que durante anos foram massacrados pela ação do cartel da indústria de suco de laranja ficarão impedidos de reque-

rer na justiça o ressarcimento dos seus prejuízos. A manutenção da exigência da confissão de culpa representa o fio de esperança à que estão apegados os produtores, cujas famílias dedicam-se há décadas à citricultura brasileira. A retirada de tal dispositivo, como pretendem as indústrias infratoras apoiadas por aqueles que nutrem interesses mesquinhos, representará a pá de cal no já combalido e fragilizado setor citícola brasileiro", observa o advogado Luiz Régis Galvão Filho, do depto. jurídico da Associtrus.

Estudiosos e autoridades do judiciário defendem o endurecimento criminal no combate aos cartéis. O procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Roberto Porto, também integrante do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), defendeu, em artigo, o endurecimento do combate criminal a cartéis, clamando por um "recrudescimento das penas aplicadas, hoje muito brandas". Para Porto é preciso também, neste momento, se pensar em uma política eficaz de defesa da concorrência e de relações de consumo capazes de servir como instrumentos que garantam a satisfação dos interesses dos consumidores através de um ambiente de concorrência saudável.

O professor John Connor, da Universidade Purdue, nos Estados Unidos, observa que as punições por cartel são leves no Brasil e as empresas investigadas possuem todos os incentivos para recorrer ao Poder Judiciário e evitar a aplicação das condenações. Em pesquisa apresentada em seminário na sede do Ibmecc São Paulo, Connor analisou 1.027 casos de cartel registrados em todo o mundo em 343 diferentes setores da economia. O estudo revela que, a partir de 1991, em 70% dos casos os cartéis são internacionais. Como a Justiça brasileira tem sido chamada constantemente a rever as condenações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra cartéis, o risco é que multinacionais sofram punições mais rápidas no resto do mundo do que no Brasil.

Connor defende que os órgãos antitruste definam suas prioridades entre o julgamento de fusões e aquisições ou a investigação de cartéis. Ele reconhece que o número de fusões e aquisições realizadas por grandes companhias aumentou nos últimos dez anos, trazendo um novo desafio às autoridades de defesa da concorrência, mas alerta que este crescimento no mundo dos negócios não se deu de forma "tão rápida quanto o crescimento de cartéis".

Não perca a hora!

Fortaleça seu pomar, use Savey® e ganhe a natureza como aliada.

Benefícios do uso de Savey® na rotação:

- Exclusiva ação ovicida e esterilizante de fêmeas
- Totalmente seletivo aos inimigos naturais do ácaro
- A menor dose do mercado, com excelente custo-benefício
- Alta tecnologia em formulação e embalagem
- Princípio ativo com diferencial, age somente onde precisa



DuPont®
Savey®
acaricida

© Copyright 2007, DuPont de Nemours & Co. Todos os direitos reservados.

ATENÇÃO: Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções de uso contidas no rótulo, na bula e no resumo ou folheto e a quem não saber ler. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo. Venda sob receituário agrônomo.



1000 301 4100



www.ag.dupont.com.br



Os milagres da ciência